



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Presidência

---

Rio Branco-AC, 14 de maio de 2012.

Exma. Sra. Ministra Eliana Calmon,

Que o calor e o sol que aqui brilha soberano, sobre as matas que o veem com amor, possa tê-la feito sentir-se carinhosamente acolhida entre nós, recebida nesta terra onde mora um povo de nobreza, constância e valor. E também invencível e grande na guerra, sim, porque o Acre é brasileiro pela majestosa opção de bravura dos acreanos.

Com essa paráfrase de alguns versos do hino de nosso povo, dou-lhe as nossas sinceras boas-vindas em nome do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Estamos aqui para ouvi-la sobre tão intrigante tema que é a gestão de precatórios. A gestão dos créditos de precatórios passa por questões como a demora dos pagamentos, conforme o desenho previsto na Constituição Federal; a agonia de suas filas, o impacto negativo e positivo no cenário econômico; e a efetividade da execução das decisões judiciais contra a fazenda pública, tão cara ao cidadão que necessita levar concretamente o bem da vida conquistado em uma ação transitada em julgado.

Também queremos aproveitar o ensejo para manifestar nossa gratidão e dizer a Vossa Excelência o quanto o seu trabalho árduo, orientador e de fato corregedor, tem auxiliado os tribunais na sua gerência administrativa. Seu trabalho parceiro no alinhamento das ações e metas organizacionais e gerenciais simboliza e concretiza a figura de um Judiciário mais transparente, eficiente e acessível ao cidadão.

Cite-se a inovação do Poder Judiciário implantada pelo CNJ, com as ações estratégicas e diretrizes nacionais, a exemplo, somente para destacar duas, da mudança do processo físico para o digital e da obrigatoriedade do planejamento estratégico.

Uma centena de outras ações veio para favorecer o funcionamento da máquina judiciária. Evidente que ainda falta encontrar a fórmula mágica da quantia necessária e suficiente de recursos financeiros e orçamentários, sem

a qual, mesmo querendo, impossibilita-nos de atender irrestritamente todas as demandas.

Graças à orientação do CNJ e, em especial, às orientações e diretrizes da Corregedoria Nacional, tão bem representada por Vossa Excelência, é que o Acre passa hoje por um aperfeiçoamento de toda ordem.

Estamos com a Consultoria da Fundação Getúlio Vargas para uma completa modernização da área administrativa, virtualizamos os processos físicos na casa de 90% da nossa Capital, já estamos nas Comarcas do Interior e, em breve, além de integração de rede de informática, que já existia, estaremos com o primeiro grau todo virtualizado.

O Estado do Acre é um dos poucos Estados, senão o único da federação, que mantém expediente das 7 às 18 horas, sendo que o atendimento externo ocorre das 9 às 18 horas, ininterruptamente.

Não bastassem, nossas ações têm-se pautado pelo planejamento estratégico, igualmente, orientado pelo CNJ. Fora instalado no ano passado o Controle Interno, a Ouvidoria de Justiça, o Centro de Cidadania e Resolução de Conflitos (CEJUS), medida que positiva o mais amplo e gratuito acesso à justiça, sem custos para o cidadão. Também o Tribunal mantém a disposição da sociedade os serviços do projeto Cidadão e da Justiça Comunitária Itinerante.

Essa soma de esforços quer na área disciplinar quer na área de planejamento, não levará tempo e os resultados virão, com humildade e muito esforço e trabalho de todos os magistrados acreanos, verdadeiros soldados na luta pela distribuição da Justiça, ao lado das parcerias com a OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e todas as demais instituições políticas, como é o caso do Poder Executivo, que foi sensível aos nossos apelos e ao engrandecimento da Justiça. Da mesma forma, o Poder Legislativo, atento sempre às demandas para o fortalecimento da paz social.

Finalizando, Ministra, deixo-lhe o convite para o lançamento do projeto “JUSTIÇA E CIDADANIA NA ESCOLA”, onde os magistrados irão fazer palestras, dar aulas nas escolas públicas da rede municipal, na 5ª série do ensino fundamental, em um trabalho de conscientização de valores, noções de cidadania, convivência, solidariedade, difusão da cultura da conciliação de conflitos, direitos e deveres em geral, além de explicar o funcionamento e atividades dos poderes constituídos e demais instituições políticas. Esse convite estendo a todos os presentes, cujo ato ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 17 de maio, às 9 horas, na sede do Tribunal de Justiça.

Ministra Eliana Calmon,

Finalizando com fragmentos de alguns outros versos do hino acreano, digolhe: “Que o amor das flores desta terra possa atapetar de rosas o seu caminho”.

Bem-vinda mais uma vez. Grato pela visita e muito obrigado!

Desembargador Adair Longuini  
Presidente do TJAC